ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação Nº **46/2023**

Processo Número: **2299/2023** | Data do Protocolo: 16/02/2023 16:01:11

Autoria: **Maurici**

Co-autoria:

Ementa: **Requer informações da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística**

Autenticar documento em http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade
com o identificador 3600300036003200330003A004300, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
- ICP - Brasil.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da XIV Consolidação do Regimento Interno, requeiro seja oficiado a Senhora Natália Resende, Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo, para que preste as seguintes informações:

(i) Quais providências a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística está tomando junto ao governo do Estado para impedir o avanço do desmatamento na Grande São Paulo?

(ii) Quais providências a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística está tomando junto ao governo do Estado para impedir o avanço do desmatamento no interior paulista?

(iii) Há a previsão de políticas públicas voltadas para habitação, visando combater ocupações e loteamentos clandestinos?

(iv) Quais as providências a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística está tomando junto ao governo do Estado no que diz respeito especificamente à fiscalização?

JUSTIFICATIVA

No dia 31 de Janeiro foi publicado um Boletim do Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD) Mata Atlântica, feito em parceria entre MapBiomas, SOS Mata Atlântica e Arcplan revelaram dados preocupantes de desmatamento no Estado de São Paulo. A Grande São Paulo e o Vale do Ribeira são regiões de foco no desmatamento. Na Grande São Paulo se observa um desmatamento associado a loteamentos e construções clandestinas, ocorrendo muitas vezes, inclusive, em áreas de mananciais, protegidas pela Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006). Apesar das frequentes denúncias nos órgãos midiáticos a respeito do loteamento clandestino e do desmatamento, a fiscalização e medidas de combate ao desmatamento se mostraram insuficientes ou quase inexistentes. O direito à moradia é assegurado pela Constituição, no entanto, isso deve ocorrer em local apropriado e para isso, é imprescindível que haja atuação do poder público impedindo tais loteamentos clandestinos e preparando políticas públicas voltadas para habitação. Até o presente momento, não houve pronunciamento do Governo do Estado tomando uma posição quanto ao tema, razão pela qual a resposta ao presente requerimento se faz necessário.

Maurici

Autenticar documento em http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade
com o identificador 3400390034003800390003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
- ICP - Brasil.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletrônicamente e pode ser acessado no endereço http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade utilizando o identificador 3400390034003800390003A005000

Assinado eletrônicamente por **Maurici** em **16/02/2023 15:47**
Checksum: **F6E5CEA8898874D3DC4A781DBFA1838E6A22C943C1ADB7436EEF88936987F656**

Autenticar documento em http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade
com o identificador 3400390034003800390003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
- ICP - Brasil.